

RESUMOS DE E DISS

RESUMOS DE TESES
E DISSERTAÇÕES

“ATÉ ONDE VÃO AS CICATRIZES DEIXADAS PELO TEMPO?”: ANÁLISE LÍTICA DA OCUPAÇÃO HUMANA DO HOLOCENO MÉDIO E TARDIO NA BACIA DO AMAPARI/AP, AMAZÔNIA

Kleber de Oliveira Souza

Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Belém: Universidade Federal do Pará, 2013.

Estudos com materiais líticos são cada vez mais raros na Amazônia. Este trabalho visa contribuir para esse tipo de investigação. O objeto de pesquisa está em dois contextos arqueológicos localizados na Floresta Equatorial de Terra Firme, região oeste do Amapá. Esses sítios ocupam diferentes paisagens desse ambiente e podem ser caracterizados como: um deles é o sítio MMX 09, que é a céu aberto, com duas ocupações, ambas compostas por materiais líticos associados a cerâmica antiga, sendo uma relacionada ao Holoceno Médio e a outra ao Holoceno Tardio; já o outro sítio é o MMX 11, o qual apresenta a mesma cronologia e vestígios arqueológicos para a sua ocupação recente, contudo, destacou-se por apresentar em uma das ocupações de uma indústria lítica sem associação com cerâmica antiga.

Esse estudo consistiu na investigação das cadeias operatórias dos artefatos líticos de cada uma dessas ocupações. O objetivo dessa pesquisa é interpretar os materiais líticos a partir da compreensão de suas indústrias, da ocorrência de

padrões tecnológicos e da análise dos tipos de matéria-prima usados na confecção de artefatos.

A investigação desses contextos demandou duas perspectivas metodológicas. A primeira delas, denominada de análise tecno-tipológica, teve como finalidade analisar individualmente as peças líticas, identificando e classificando os atributos e suas respectivas variáveis por meio de uma lista de atributos. Já a segunda, chamada de análise diacrítica, buscou compreender as etapas de lascamentos que se sucederam na elaboração de uma ferramenta.

Os pressupostos teóricos permitiram a identificação de várias cadeias operatórias e possibilitaram a caracterização das indústrias líticas dessa região do Estado do Amapá. Os resultados apontaram para a aquisição da matéria-prima em depósitos de coluviões e em aluviões, entre os quais blocos de quartzos. A técnica de apropriação dessas materiais é do tipo percussão direta dura e percussão sobre bigorna. Somam-se a isto o descarte das peças com uma expressiva ocorrência de detritos de lascamentos (fragmentos angulares), associados com artefatos de pouco investimento em sua elaboração, fato que indica a existência de uma indústria lítica oportunística.

Além disso, foi possível identificar a existência de uma indústria lítica decorrente da economia generalista, a qual tem ampla variedade de estratégias de exploração dos recursos naturais, por meio da produção e uso de ferramentas simples como bigornas usadas para trituração, ferramentas para bater e esmagar,

bem como, instrumentos diversos voltados para atividades diversas.

**“É POTE DE PARENTE ANTIGO!”: A
RELAÇÃO DE INDÍGENAS APURINÃ
DA TERRA INDÍGENA CAITITU COM
OS SÍTIOS E OBJETOS ARQUEOLÓ-
GICOS, LÁBREA/AM**

Elaine Cristina Guedes Wanderley

Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Belém, Pará: Universidade Federal do Pará, 2013.

Este trabalho propõe uma reflexão sobre as relações que o povo indígena Apurinã da Terra Indígena Caititu (porção norte), município de Lábrea/AM, estabelece com os sítios e objetos arqueológicos presentes em suas terras. Entender os processos históricos que se constituíram nesta região marcada pelo violento sistema extrativista, o próprio envolvimento dos Apurinã nesse sistema e a sua relação com indígenas de outras etnias no passado compõem uma parte importante do levantamento bibliográfico inicial. O contraste entre aquilo que os documentos históricos falaram sobre este povo e aquilo que se pode observar durante os trabalhos de campo ajudaram a compor um ensaio etnográfico acerca dos Apurinã e sobre o que se apresenta nos aspectos do seu cotidiano e alguns elementos dos seus modos de vida.

Trata-se, ainda, como forma de situar

a Arqueologia do rio Purus, de alguns aspectos voltados para questões teóricas fundamentais sobre a Arqueologia Amazônica, traçando um breve panorama sobre a Arqueologia da Amazônia Ocidental, incluindo um histórico de pesquisas na região do médio e baixo Purus. Apresenta-se, de maneira sucinta, o cenário de discussões da Arqueologia em terras indígenas, apontando para a questão do pensamento indígena ser diferente do pensamento ocidental e da necessidade dessa perspectiva ser considerada no fazer arqueológico.

Citados nos documentos históricos como povos guerreiros, os Apurinã empreendiam embates frequentes com outros povos e foram gradativamente ampliando seus domínios territoriais ao longo de toda a calha do rio Purus, entretanto, essa ampliação de espaços continua a ocorrer ainda hoje de outras formas. Assim, procura-se demonstrar que estes indígenas se apropriam das cerâmicas arqueológicas existentes em suas terras como um modo de demarcar territórios conquistados, autenticando, a partir dos artefatos, a posse desses espaços. Ao mesmo tempo, os artefatos arqueológicos são utilizados como meio de legitimar sua identidade cultural, contribuindo para a existência de uma memória coletiva. Discute-se a ideia de se ter atribuído aos Apurinã um espírito expansionista e conquistador de territórios, e este se projetar para o espaço das aldeias e imprimir uma lógica muito particular de delimitar limites territoriais, (re)afirmar identidades culturais e balizar os conflitos entre eles.

**PENSAMENTO DESCOLONIAL E
TEORIA CRÍTICA DOS DIREITOS
HUMANOS NA AMÉRICA LATINA:
UM DIÁLOGO A PARTIR DA OBRA DE
JOAQUÍN HERRERA FLORES**

Natalia Martinuzzi Castilho

Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito. São Leopoldo, Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Vale do Rio dos Sinos, 2013

Pensamento descolonial e teoria crítica dos direitos humanos na América Latina: um diálogo a partir da obra de Joaquín Herrera Flores é uma dissertação que expressa escolhas teóricas e metodológicas da autora, as quais não são neutras e nem deslocadas das dimensões de sentido que envolvem viver, conhecer e, principalmente, pesquisar. O trabalho reflete o compromisso, transformado e ressignificado cotidianamente, a partir do olhar crítico, inconformado com as misérias do mundo e das injustiças combatidas, mas, por vezes, perpetuadas pelo sistema jurídico. Ao explorar a literatura corrente do pensamento latino-americano, as reflexões pós e descoloniais, assim como a teoria crítica de Joaquín Herrera Flores, a dissertação repensa os fundamentos da teoria dos direitos humanos com a finalidade de buscar elementos epistemológicos e metodológicos para uma fundamentação crítica e anticolonial dos direitos humanos, com base nas especificidades da realidade latino-americana.

A investigação enfrentou ambiguidades

e paradoxos que permeiam discursos dos direitos humanos na comunidade jurídica e internacional, os quais estão sistematizados em duas ideias gerais: a primeira consiste na dimensão reguladora que assenta suas bases no universalismo europeu e nas concepções idealistas que definem os direitos humanos como valores a priori e inerentes aos seres humanos; a segunda se expressa a partir da visão sócio-histórica e contextual desses direitos, que os identifica de acordo com processos de luta sociais capazes de congregiar experiências e vivências de empoderamento político dos seres humanos na desconstrução de realidades opressoras e restritivas do fazer humano. Destaca-se em que medida a primeira dimensão, fundamentada nos pressupostos do liberalismo e na noção de sujeito moderno, concedeu legitimidade aos processos de expansão do capital nos países periféricos e, ao mesmo tempo, impôs barreiras à afirmação e à sobrevivência de outros modelos de sociabilidade não pautados pela lógica capitalista.

Dividida em dois capítulos, além da introdução e das considerações finais, o trabalho se inclui em um contexto de escassa produção sobre perspectivas descoloniais do direito ou do pensamento jurídico. No primeiro capítulo, realizam-se três debates fundamentais. Primeiramente, trata dos principais elementos dos projetos modernos de fundamentação dos direitos humanos, com enfoque nas categorias que definem a Modernidade ocidental, baseado na noção de sujeito moderno. São categorias que conformam o discurso hegemôni-

co dos direitos humanos, sustentados pelos marcos de uma fundamentação de matriz liberal. Diante dessa narrativa unilinear, em seguida, destaca-se a importância de se repensar tal narrativa a partir do Sul Global, explorando as ideias dos principais autores que trabalham o campo das Epistemologias do Sul. Por último, analisa-se o histórico de formação do Projeto Modernidade/Colonialidade e as principais categorias do pensamento descolonial, essenciais para enfrentar as estruturas do paradigma moderno ocidental no discurso hegemônico dos direitos humanos.

Levando em conta essa caracterização, exploram-se as principais dimensões da proposta descolonial que enfrentam a origem e o sentido eurocêntricos dos direitos humanos. Os aportes do pensamento descolonial, ao desconstruir os paradigmas totalizantes da Modernidade europeia, possibilitam a identificação das lutas e resistências encobertas. A imersão nos conceitos de colonialidade do poder, transmodernidade e pensamento fronteiriço permite identificar a possibilidade de aproximação entre o pensamento descolonial e os pressupostos do que se convencionou chamar de pensamento crítico dos direitos humanos ou teoria crítica dos direitos humanos, nas proposições de diversos autores, dentre os quais Joaquín Herrera Flores.

O segundo momento do trabalho conecta a necessidade de uma fundamentação descolonial para os direitos humanos com os aportes de Herrera Flores e seu entendimento dos direitos humanos como produtos culturais

e processos de luta pela dignidade. Assim, ressaltam-se as chaves metodológicas, culturais e conceituais da proposta de Joaquín Herrera Flores para a construção de sua teoria crítica dos direitos humanos como um mecanismo de ruptura epistemológica necessário para a análise descolonial dos direitos. Relacionam-se as principais categorias da obra desse, as quais se conectam com a perspectiva descolonial, em especial a ideia de interculturalidade, que aponta para importância da construção de um multiculturalismo crítico que supere as políticas de discriminação positiva que, quando absolutizadas, patologizam o diferente e o obrigam a aceitar acriticamente o padrão universal. A ideia de reinvenção dos direitos humanos surge da necessidade de afirmar, em posição de diálogo, as divergentes concepções de dignidade humana construídas em outras formações sociais e culturais. Como produtos culturais e processos de luta pela dignidade humana, os direitos humanos partem da premência de se estimular a capacidade humana de fazer e desfazer mundos, superando os processos desiguais de divisão do fazer, que excluem e subjugam outros modos de pensar, de interpretar e de produzir no mundo.

Nas considerações finais, retoma-se a construção de uma análise descolonial do direito e dos direitos humanos, ressaltando em que medida ela se faz necessária para pensá-los no contexto de lutas por dignidade no século XXI. A proposta de Herrera Flores sobressai-se pela sistematização extensa de parâmetros epistemológicos críticos,

capazes de romper com a absolutização das concepções modernas de sujeito de direitos que orientaram o entendimento corrente e dominante em torno do histórico, limites e possibilidades de fundamentação e efetivação dos direitos humanos. Verificou-se que a obra de Herrera Flores consiste em uma das principais pontes de conexão entre o pensamento descolonial e a teoria crítica dos direitos humanos. Ponte esta que se torna necessária não somente como uma crítica sistematizada à insuficiência da fundamentação liberal moderna dos direitos humanos, mas, sobretudo, como um aporte teórico para a interpretação, fundamentação e vivência dos direitos humanos a partir da descolonialidade, tomada na perspectiva de uma construção intercultural na vivência e interpretação dos direitos. Reinventar os direitos humanos, partindo da perspectiva descolonial, exige a construção de um panorama interdisciplinar sobre a problemática, salientando a necessidade de se investigar como e a partir de que elementos o discurso dos direitos humanos podem ainda adquirir, considerando os contextos periféricos, as narrativas críticas, as anti-imperialistas e as transformadoras.

ARQUEOLOGIA E CULTURA MATERIAL: UMA HISTÓRIA CONTADA EM CACOS DE VIDROS E LOUÇAS DA VILA DE SANTO ANTÔNIO (PORTO VELHO – RO)

Raimundo Ney da Cruz Gomes

Dissertação de Mestrado. Programa de

Pós-Graduação em Antropologia. Belém, Pará: Universidade Federal do Pará, 2013.

O trabalho teve por objetivo contar a História da Vila de Santo Antônio, no Alto Madeira, a partir de uma perspectiva arqueológica e, por isso, baseado em um estudo de cultura material. Para contar esta história, dividi o texto em três capítulos.

No primeiro capítulo, revisito a historiografia sobre a colonização do Alto Madeira e a ocupação da Vila de Santo Antônio, assim como procuro utilizar a Arqueologia como pincel, buscando outras cores para contar a história das gentes que ocuparam esta Vila. A narração se atém, principalmente, ao período que se convencionou chamar de “colonial”, ou seja, aquele posterior à chegada dos colonizadores. Nesta seção, apresento Santo Antônio do Madeira, vila fundada por missionários no século XVIII, que foi um município importante pertencente ao Estado do Mato Grosso e palco das primeiras tentativas de construção da Ferrovia Madeira-Mamoré. A vila foi abandonada no primeiro quartel do século XX e hoje é um bairro da periferia de Porto Velho, além disso, custodia um sítio arqueológico de mesmo nome. Ainda neste capítulo, apresento também um estado da arte das pesquisas em Arqueologia na região, e a forma como estas pesquisas trazem novos personagens às histórias sobre a região, propiciando um melhor entendimento sobre o cenário onde elas se passam.

No capítulo seguinte, disserto sobre a Arqueologia Histórica na Amazônia. Tendo em vista a importância crescente desta região e a tradição em estudos arqueológicos de seu passo, problematizo o fato de que o passado mais recente amazônico, aquele posterior à chegada dos colonizadores, não tem ganhado muita atenção entre os arqueólogos. Mostro, um levantamento dos trabalhos em Arqueologia Histórica desenvolvidos na Amazônia, tentando incluir o máximo possível os estudos feitos para além das fronteiras brasileiras. Proponho a Vila de Santo Antônio como locus de estudo para uma Arqueologia do capitalismo, entendendo-a como resultado de demandas claras deste sistema econômico.

O terceiro capítulo traz os trabalhos de escavação realizados na vila do Santo Antônio, assim como as análises feitas de algumas amostras de objetos ali exumados. A cultura material, além da historiografia produzida sobre a ocupação do Alto Madeira e discutida no capítulo 1, subsidia a pesquisa no que tange à ocupação histórica do sítio – objeto deste estudo. Sendo a cultura material a fonte por excelência da Arqueologia, mesmo que seu estudo transcenda a prática arqueológica, neste último capítulo apresento minhas inferências proporcionadas pela análise dos vidros e louças provenientes dos trabalhos feitos naquele sítio. A princípio, ao interrogar a cultura material, eu não pretendia uma tensão entre esta e as fontes escritas, contudo, em certo ponto, imagino que tal tensão tenha sido inevitável.

Por fim, busco em minhas considera-

ções finais, juntar os capítulos de modo que fique patente que uma história foi contada. Faço com a certeza de que as possibilidades em se contar esta história eram numerosas e que alguns silêncios permaneceram. Ainda nas considerações, aponto algumas possibilidades de estudos para a cultura material histórica da Vila de Santo Antônio.

“A GENTE FAZ A VARJA”: TERRITORIALIDADE, ESTRATÉGIAS DE USO DE RECURSOS, IDENTIDADE E CONFLITOS NA ILHA DE MARAJÓ, PARÁ

Eliana Teles Rodrigues

Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Belém, Pará: Universidade Federal do Pará, 2013.

Essa tese analisa o mundo social da várzea, destacando as relações sociais, estratégias de reprodução social e trajetória de quilombolas no noroeste do arquipélago de Marajó. A expressão “fazer a varja” converge para processos históricos que refletem a dinâmica cultural e política dessas unidades domésticas, em especial, a que diz respeito aos direitos de reconhecimento de um território etnicamente configurado, objeto de reivindicação e proteção face às ameaças dos pretensos proprietários e o agronegócio que se orienta para a várzea e terra firme. Analisam-se práticas de uso comum dos autoidentificados quilombolas com base em experiências, conhecimento tradicional e cosmovisão do ambiente, em aberta disputa com os

seus antagonistas. O ponto de partida é a significação da várzea e seus recursos para os quilombolas, descrita antes e após o deslocamento compulsório da margem do rio Arari para o rio Gurupá. Depois desse processo, instauram-se conflitos, tensões e pressões contínuas, sob diferentes formas, o que impulsiona a mobilização e articulação dos quilombolas diante da organização política na Associação dos Remanescentes do Quilombo de Gurupa (ARQUIG). Nesse contexto, assiste-se às mudanças sucessivas, resultantes de necessidades, projetos, lutas e reivindicações pelo território étnico, ao mesmo tempo em que persistem esquemas de judicialização dos conflitos. Os quilombolas constroem uma visão de direitos territoriais e econômicos, pelos quilombolas, a qual é confrontada diretamente com projetos do agronegócio, com a regularização fundiária e ambiental do Estado e com as políticas sociais que suprimem o fator étnico.